

ARGUMENTO

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E O PODER LOCAL

A experiência de
Porto Alegre

Nº 57 – NOVEMBRO/2010

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E O PODER LOCAL

A experiência de Porto Alegre

*Raul Pont **

A análise da experiência de democracia participativa em Porto Alegre requer, a título de esclarecimento, a informação de que a proposta estava incorporada ao programa do Partido dos Trabalhadores na conquista do governo municipal em 1988 mas possuía um caráter muito empírico pois não tínhamos, no Brasil, experiências vividas e consolidadas sobre essa concepção de democracia e participação popular. Tínhamos o compromisso e a vontade política de ir além da democracia representativa e a consciência de que seria um aprendizado no qual os participantes, os cidadãos de Porto Alegre, seriam protagonistas ativos conosco na organização deste processo.

Estavam muito presentes, também, os limites de uma experiência de caráter local num país com alto grau de concentração e centralização do poder político. Possuíamos, no entanto, a convicção de que do ponto de vista tático (democratização, transparência, eficiência administrativa) e estratégico (inversão de prioridades, nova relação da sociedade e o Estado, predomínio de novos atores sociais) a construção de uma democracia participativa era uma necessidade para nosso governo. A existência de uma base legal e a legitimidade da vitória eleitoral nos empurravam para a ousadia de buscar a participação popular.

A nova Constituição brasileira de 1988 havia estabelecido em seu artigo 1º, parágrafo único, que: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Com isto, a nova carta constitucional incorporava, pela primeira vez, no Brasil a idéia do exercício direto da soberania popular.



Além disso, repetia a concepção clássica dos Estados modernos de que “o poder emana do povo”, conceito teórico presente ao longo da nossa experiência republicana, mas quase sempre ausente na vida política real do país, marcada ao largo do século XX por governos oligárquicos excludentes e longos períodos de regimes militares autoritários e ditatoriais.

O fato do Estado brasileiro encerrar essa contradição entre a concepção dos Estados constitucionais modernos e até “avançar” na declaração do exercício direto da soberania popular com uma história real pouco democrática, não é muito distinto do avanço das conquistas democráticas em outras partes do mundo.

O liberalismo que marcou os primeiros regimes constitucionais nunca teve a iniciativa dos avanços nas conquistas sociais. O voto censitário, a ausência do sufrágio feminino, as dificuldades e até proibições, explícitas e implícitas, ao funcionamento e representação dos partidos anticapitalistas sempre deram aos regimes políticos liberais um caráter oligárquico e elitista.

No Brasil e em outros países, isso foi agravado pela cultura colonial e de quatro séculos de latifúndio agro-exportador e escravocrata, pelo clientelismo, pelo patrimonialismo, pela negação do trabalho e por longos períodos ditatoriais. Assim, o avanço das lutas e conquistas democráticas não foi e não é um processo linear. Ao contrário, sempre foi marcado por conflitos e contradições, mesmo em seus primórdios liberais.

As concepções “igualitárias” de J.J. Rousseau e as concepções “possessivas”, “proprietárias” de J. Locke, por exemplo, expressavam interesses sociais distintos e conduziram a tendências diferentes na construção do Estado capitalista. Ainda que ambas partissem do direito natural, fundamento do pensamento liberal, para J.J. Rousseau a idéia da liberdade estava indissociada da igualdade como condição humana.



O pensamento “proprietário” de J. Locke, predominante nas sociedades capitalistas, sustentava que o direito à liberdade era um dos fundamentos do direito à propriedade e ao Estado cabia defendê-la, através do poder supremo do Parlamento. Com isso, não queremos fazer uma divagação teórica, mas situar as origens do debate sobre a delegação do poder. Compreender que não é um debate recente e registrar que as diferentes explicações teóricas e ideológicas desse processo expressam interesses sociais distintos ao longo da história e tem, até hoje, conseqüências diversas no desenvolvimento político da humanidade.

Radicalizar a leitura da Constituição brasileira de 1988 onde “o poder emana do povo” é retomar o debate no qual J.J.Rousseau afirmava que ao ato no qual se realiza o contrato da sociedade política, onde se convencionou um governo, existe um momento anterior que é aquele em que “o povo é povo” e esta condição é a convenção primeira, aquela soberania que para ele não podia ser transferida, delegada ou dividida. Essa concepção se era irreal ao mundo que o cercava, renunciava o grande desafio para qualquer avanço democrático no interior das concepções liberais.

Como manter a soberania popular? Ou, como controlar e diminuir as formas de delegação para que se mantenha a soberania popular? Esta questão continua atual, desafiando-nos.

A partir das grandes vertentes liberais desdobraram-se sistemas políticos representativos com características próprias, mas alicerçados na visão do “liberalismo proprietário”. São os casos das repúblicas ou monarquias constitucionais parlamentares onde a delegação pelo voto ao Parlamento unifica as funções legislativa e executiva, mas também, das repúblicas presidencialistas, onde Executivo e Legislativo têm competências e critérios eletivos distintos. Esse processo histórico demonstrou



de forma cristalina que o liberalismo não foi e não é sinônimo de democracia.

Durante os séculos XIX e XX, o direito à organização sindical, ao partido político, ao sufrágio universal foram conquistas duramente alcançadas, bem como as lutas pela jornada e as condições de trabalho. Este reformismo social sustentou a política do Estado de Bem Estar Social na Europa e a relativa proteção trabalhista no Brasil, no período populista da primeira metade do século passado. As novas contradições e relações de classe produziram novas concepções político-ideológicas de mundo e das relações entre a sociedade e o Estado.

O pensamento socialista, principalmente em sua concepção marxista, fez a crítica às concepções liberais, afirmando o caráter de classe do Estado e sua subordinação aos interesses predominantes na sociedade na esfera da produção, bem como a crítica de que a igualdade do Estado de Direito não ultrapassa a igualdade jurídica do cidadão tentando encobrir a real desigualdade social existente na sociedade. Mesmo sem desenvolver uma concepção de Estado socialista, o pensamento marxista teorizou e sistematizou experiências concretas como a Comuna de Paris. Buscando extrair daí lições de uma nova relação da sociedade com o Estado.

A efêmera experiência da Comuna de Paris e as experiências com base nos Conselhos (soviets), nos primeiros anos da Revolução Russa, retomaram a questão da representação e delegação do poder, buscando superar a igualdade jurídica formal e o distanciamento do poder político da maioria da população nos regimes de representação liberal e parlamentar tradicionais.

Os conselhos (soviets), mesmo com graus de delegação, buscavam garantir ao produtor/trabalhador o papel simultâneo de legislador por meio de uma estrutura com base na produção, nos



serviços e nas Comunas através de conselhos locais, regionais e da União.

A experiência soviética não sobreviveu à guerra civil e ao autoritarismo-burocrático que prevaleceu na luta interna da União Soviética nos anos 20. Aos poucos, o centralismo, o Partido único, o autoritarismo e a burocratização anularam qualquer possibilidade de uma nova democracia socialista, apesar da estatização dos meios de produção.

O “socialismo real” do Leste Europeu e da China e seus seguidores menores sufocaram este debate no campo da esquerda ao longo do século XX. A questão da democracia, indissociável do socialismo, deixou de ser um elemento estratégico nos programas da maioria dos partidos comunistas, e foi submetida a interesses circunstanciais e táticos. O domínio das experiências social-democratas ou de democracias burguesas liberais consolidou a visão ideológica da democracia representativa como ápice do avanço político da humanidade.

Na maioria dos países de democracia liberal, entretanto, o sistema de representação vive um processo de crise de legitimidade, expresso na abstenção eleitoral, na apatia e pouca participação político-social, e mais recentemente, agravado pela dificuldade dos países capitalistas desenvolvidos manterem as reformas e avanços do “Estado do bem-estar social”.

No mundo subdesenvolvido, essa legitimidade sempre foi pequena em função dos regimes ditatoriais e do autoritarismo populista, mas, principalmente pela incapacidade dos governos e do sistema resolverem, minimamente, a brutal desigualdade social e regional nestes países.

A pouca legitimidade reside também no processo de burocratização e elitização das administrações e parlamentos; nos sistemas eleitorais que distorcem a representação popular com barreiras de acesso ou mecanismos de voto distrital e impedem o



respeito e o direito à proporcionalidade das minorias. Na diluição programática e falta de coerência entre discurso e prática dos eleitos e na falta de controle dos eleitores sobre os eleitos. No Brasil, isto é ainda mais agravado pelas trocas de partido sem perda de mandato, pela ausência de fidelidade partidária.

Há, porém, outro fenômeno em curso na América Latina, no Brasil em especial, que não tem paralelo na Europa ou em outros centros capitalistas. É o rápido crescimento populacional e acelerado processo de urbanização. Em 1970, a população brasileira era de 90 milhões de habitantes. Em pouco mais de uma geração a população dobrou. Hoje são 185 milhões. Há 50 anos, dois terços da população era rural. Hoje, 85% dos brasileiros vivem em centros urbanos.

Esse processo trouxe profundas mudanças no comportamento político-partidário no país. A luta pelo acesso aos serviços básicos necessários para a vida urbana e para o cotidiano de milhões de pessoas (infra-estrutura viária, saneamento básico, saúde, educação, moradia etc.) modificou o comportamento das pessoas e alterou, radicalmente, o papel e as demandas que são exigidas do poder local. Nas últimas décadas, em especial no período neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o poder central no Brasil trilhou um caminho oposto a esta realidade social.

O discurso e a prática neoliberal apontaram como política para sair do subdesenvolvimento o esvaziamento das funções sociais do Estado, a privatização das empresas e dos serviços públicos essenciais, a abertura submissa do comércio externo e da remuneração dos lucros e dos serviços da dívida às grandes empresas e credores internacionais, o favorecimento da especulação financeira e as demissões massivas de trabalhadores. Enfim, o descaso crescente com as necessidades da população.



Por essas razões, a população voltou-se para participar, cobrar, exigir mais dos governos locais e estes vêm assumindo novos encargos, mais competências de serviços públicos sem que ocorram as devidas mudanças na repartição do conjunto dos tributos arrecadados no país.

Atualmente no Brasil, apenas 14% da receita total disponível de impostos permanece nos municípios, enquanto 63% ficam nas mãos do governo federal. Aos Estados regionais, também responsáveis pela educação, saúde e segurança pública, cabem os restantes 23% do bolo tributário.

Nestas circunstâncias é que nossa experiência de democracia participativa de 16 anos (1989/2004) em Porto Alegre adquiriu sentido e importância. Conscientes dos limites das experiências locais e de que elas devem estar integradas num projeto maior que pense o país numa nova concepção de mundo, não podíamos cruzar os braços e esperar que todos os problemas teóricos e estratégicos do movimento socialista estivessem resolvidos para atuarmos no município.

Construímos, governo e movimento popular, uma rica experiência participativa na contramão do projeto neoliberal. A vitória da Frente Popular, em 1988, resultado do crescimento do PT, do acúmulo das lutas dos movimentos sociais dos anos 80 e marcada por um programa comprometido com os interesses concretos das classes trabalhadoras, nos conduziu a estabelecer novas prioridades para o governo local. Para nós, o mais importante é que essa inversão de prioridades ocorresse através da participação popular. Para que os recursos públicos fossem gastos e investidos de acordo com a necessidade da população, nada melhor do que começar alterando profundamente as formas de decisão.

A organização do Orçamento Participativo através de estruturas regionais e temáticas, nas quais a participação é pública, direta e deliberativa, foi o carro-chefe de um conjunto de



outras formas de incentivo à cidadania incidir diretamente sobre o governo. Os Conselhos Municipais, organismos consultivos e normativos setoriais que estavam desativados ou com pouco funcionamento, transformaram-se, também, em importantes instrumentos de formulação e de definição de políticas públicas.

Ao longo desses 16 anos, quatro mandatos consecutivos do PT e seus aliados através da Frente Popular, uma verdadeira revolução operou-se nos gastos públicos. A partir da crescente participação popular – no primeiro ano menos de um mil, nos últimos anos, vinte e cinco mil pessoas - os gastos e investimentos municipais foram sendo alocados, prioritariamente, de acordo com a hierarquia decidida pela população. Os números abaixo dão conta apenas das plenárias acompanhadas pela Prefeitura. Considerando-se todas as reuniões preparatórias da própria comunidade, os números são bem maiores.

RESULTADO ANUAL DO NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS PLENÁRIAS REGIONAIS E TEMÁTICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

PLENÁRIAS	REGIONAIS	TEMÁTICAS	TOTAL
1990	976		976
1991	3694		3694
1992	7610		7610
1993	10735		10735
1994	9638	1609	11247
1995	11821	2446	14267
1996	10148	1793	11941
1997	11908	4105	16013
1998	13687	2769	16456
1999	16813	3911	20724
2000	15331	3964	19295
2001	18583	3222	21805
2002	28907	4718	33623
2003	23520	4188	27708
2004	16308	6601	22909

Fonte: PMPA/CRC/2004



Nada mais ilustrativo do que a comparação entre as despesas e investimentos nos primeiros anos nas áreas sociais, com os últimos anos. No conjunto dos 16 anos, os gastos nas áreas sociais (educação, saúde, assistência social e habitação popular) quintuplicaram no município de Porto Alegre.

Houve uma sensível queda nos gastos das atividades-meio em benefício das atividades-fins. Ou seja, a presença e a decisão popular foram fundamentais para este resultado que cresceu mais do que o Orçamento como um todo, que também, em valores constantes, quase triplicou no mesmo período, graças ao fim das renúncias e anistias fiscais, do combate a sonegação, e de uma nova política tributária com base na progressividade e justiça social, conforme tabela em anexo, no final do texto.

Pela reivindicação e mobilização, os Conselhos Municipais impuseram políticas públicas na área da criança e da adolescência, na área da saúde, da educação, determinando mudanças qualitativas e quantitativas nos equipamentos públicos ou nos convênios com as entidades comunitárias. Um exemplo. Na metade do segundo mandato ainda tínhamos pouquíssimos programas com as entidades comunitárias que prestam serviços para as crianças e adolescentes.

No final dos quatro mandatos (2004), entre creches e serviços de apoio sócio-educativo estavam integradas mais de 160 entidades comunitárias que receberam recursos públicos, atendendo milhares de crianças e jovens, por decisão da população.

O mesmo pode-se dizer dos equipamentos de saúde ou no crescimento na rede municipal de ensino, que nos colocou na condição de capital mais alfabetizada do país. Igualmente, os serviços de abastecimento de água e de limpeza urbana atingiam toda a população.

O que a experiência nos ensinou nestes 16 anos é que a questão democrática é central em qualquer processo de enfrentamento ao neoliberalismo dominante. Por seu potencial mobilizador e conscientizador, a democracia participativa permite compreender o Estado, geri-lo e estabelecer um efeito-demonstração para outras lutas políticas. O que impede as organizações políticas e sindicais incentivarem e praticarem a democracia participativa na Universidades públicas, nas grandes empresas e instituições estatais e terem aí um permanente efeito de demonstração para realizar o mesmo nos setores privados?

A prática da democracia participativa (orçamento, conselhos, conferências, etc.) foi determinante para que os organizadores do Fórum Social Mundial propusessem que Porto Alegre fosse a sede das primeiras edições desse evento internacional. O Fórum mostrou que essas lutas e essa perspectiva estão em curso em todos os continentes.

Essa experiência recoloca o tema dos limites e insuficiências do sistema representativo e a importância de retomarmos o grande desafio sobre como construir a democracia participativa, diminuindo as instâncias de delegação e a burocratização que se consolidam com os sistemas simplesmente representativos. Por isso, a experiência do Orçamento Participativo tem sido marcada por algumas características constitutivas que lhe dão grande força de referência.

A participação popular, universal, direta através das instâncias regionais e temáticas, em que a cidade está dividida, é a primeira delas. Outra é a ação direta, a prática direta da cidadania reunindo, discutindo, aprendendo a decidir coletivamente, a organizar reuniões e hierarquizar reivindicações. O terceiro elemento é a auto-organização da população. A defesa de que a espontaneidade, a criatividade e a participação não fiquem limitadas ou subordinadas a leis votadas pelas Câmaras Municipais.

Defendemos essa tese contra as investidas de deputados e vereadores dos partidos conservadores que acionam até o Poder Judiciário tentando caracterizar o processo como ilegal e contrário à tradição representativa. Não admitem que a população possa criar suas próprias regras de participação que podem ser mudadas a qualquer momento pelos próprios participantes.

O Regimento Interno do Orçamento Participativo, construído e aperfeiçoado ao longo desses 16 anos, revela que a população, participando e decidindo, pode construir regras mais justas, mais solidárias, mais objetivas em relação às carências sociais e atuar de forma mais democrática na definição do gasto público.

Num mundo em que os países subdesenvolvidos perdem cada vez mais sua soberania nacional, em que os grandes organismos internacionais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial são instrumentos de corporações imperialistas e de tecnocratas dos governos, nos quais o povo não vota nem influência, a soberania popular e a soberania de cada cidadão restringem-se cada vez mais ao poder local e regional.

Resistir, defender e fazer avançar experiências que não abdicam da soberania individual, da soberania local, nos fortalecem e nos garantem sintonia com as lutas democráticas e os interesses materiais comuns da maioria da população.

Esta é a tendência das grandes cidades, dos grandes aglomerados urbanos que necessitam atender e são reivindicados por milhões de habitantes em serviços e equipamentos e isto não se faz sem a participação do cidadão e o controle local e regional desses serviços e obras.

Nossa vitória eleitoral em 1998, para o governo do Estado do Rio Grande do Sul permitiu que essa experiência fosse estendida em todo o Estado, junto aos seus quase quinhentos municípios para elaborar e decidir o Orçamento e o Plano de Investimento Estadual.



Por estas razões é que podemos afirmar que experiências como o Orçamento Participativo e outras formas de democracia participativa retomam o debate democrático histórico da humanidade recolocando-o em um novo patamar, pela enorme potencialidade das novas formas de comunicação e informação contemporâneas e porque a questão democrática para os socialistas está livre agora do viés burocrático e do autoritarismo das experiências do leste europeu.

O neoliberalismo por sua excludência, exploração e autoritarismo é incompatível com a democracia e a soberania popular. No Brasil, como em outros países, o Parlamento vive uma profunda crise de legitimidade. Afundado em denúncias de corrupção, troca de votos por vantagens ou benefícios orçamentários e um recorde de troca de Partidos por quase a metade dos deputados da Câmara Federal ilegítima e desacredita o Congresso e o sistema de representação.

A democracia participativa que construímos em Porto Alegre, hoje se reproduz em mais de trezentos municípios do Brasil, e se apresenta como uma experiência concreta sobre a qual é necessário um aprofundamento teórico e programático para que seja uma alternativa política superior ao sistema representativo clássico.

Certamente não responde a todos os problemas do país por seus limites municipais e regionais, mas seu método de funcionamento prova que é possível, como fizemos em Porto Alegre, ter políticas de inclusão social, de combate ao desemprego, de reajustes bimestrais de salário conforme a inflação, de manutenção de empresas públicas que são superavitárias e funcionam sob controle democrático, de equilíbrio fiscal sem demissões de funcionários, de transparência absoluta, com ética e sem corrupção, e principalmente, de crescente participação popular nas formas de decisão e construção das políticas públicas que desenvolvemos na cidade.



Nossa participação nas redes internacionais de cidades, nos Seminários Internacionais sobre Democracia Participativa e a experiência, decisiva para Porto Alegre ter sido escolhida pra sediar as primeiras edições do Fórum Social Mundial, demonstraram que não estamos sozinhos e que não são poucos os que acreditam que outro mundo é possível.

A derrota eleitoral que sofremos em Porto Alegre, em 2004, não impediu que a população que participava do Orçamento Participativo cobrasse do atual governo a manutenção da experiência de democracia participativa. Nossa derrota não ocorreu por rejeição a proposta que desenvolvíamos.

O adversário, inclusive, em sua campanha eleitoral prometia manter o Orçamento Participativo como elemento central do governo. Perdemos devido a erros eleitorais cometidos pelo PT por disputas internas, pela ampla coalização dos partidos do centro e da direita e o apoio que recebiam dos grandes meios de comunicação e das federações empresariais contra a Frente Popular (PT – PSB – PCdoB).

Havia também, em 2004, uma sensível quebra de expectativa e desencantamento dos setores sindicais do funcionalismo público, de setores dos movimentos populares e de extrema esquerda que cobravam mudanças e reformas mais profundas dos primeiros anos do Governo Lula e que não ocorriam.

A manutenção do Orçamento Participativo em Porto Alegre, a sua extensão para centenas de cidades do país e do exterior, os inúmeros estudos e teses que despertou em Universidades e institutos de pesquisa, demonstram sua realidade e importância como elemento constitutivo de um projeto da esquerda socialista.

Nossa luta, nesse momento, dentro do PT, busca convencer o governo Lula que agora está em seu segundo mandato, a



incorporar essa experiência como ponto programático de seu governo no plano federal. É o grande desafio que temos pela frente, no plano nacional. A governabilidade via alianças no Congresso Nacional com partidos do centro e a relação que se estabelece com os deputados federais e os senadores na elaboração do Orçamento tem obstaculizado a implantação pelo governo nacional de uma democracia participativa.

No primeiro mandato, o governo Lula não foi além de uma tentativa de construir o Plano Plurianual – determinação constitucional para os governos no país – em 2003 com uma ampla participação dos setores organizados em debates e conferências em todas as capitais do país. Infelizmente, não demos continuidade a isso nos orçamentos anuais e o governo foi se rendendo às pressões e ao jogo parlamentar no Congresso para elaborar o gasto público.

O Governo Lula em seus dois mandatos avançou muito pouco nesta direção. Além da experiência do Plano Plurianual, as conferências setoriais (saúde, educação, assistência social, comunicação, etc.) foram experiências mais significativas, pois iniciavam com conferências municipais, num segundo momento conferências estaduais através de delegação e, finalmente, uma grande conferência nacional, mobilizando milhares de pessoas em todo país. Seu caráter consultivo, de iniciativa de projetos de lei ou de compromissos governamentais são importantes, mas estão longe de um protagonismo popular com direito a deliberação sobre os recursos públicos.

Muitos companheiros dentro do Partido mantêm viva a luta pela defesa de uma democracia participativa. As eleições municipais que ocorreram, em 2008, no Brasil, onde elegemos prefeitos em mais de 500 municípios dá a dimensão da tarefa que temos no Partido para continuar estendendo essa experiência como governo e organizando a população a reivindicá-la nos municípios em que somos oposição. Os inúmeros casos em que



isso se consolida e irradia nos mantêm na perspectiva de que este é um dos caminhos para a reconstrução de um projeto socialista.

Novembro de 2008.

* **Raul Pont é professor, deputado estadual pelo PT e ex-prefeito de Porto Alegre (1997/2000).**

Para fins de atualização, reproduzimos abaixo duas tabelas que descrevem a situação das Demandas do Orçamento Participativo em dois momentos distintos: a primeira entre 2005 e 2010, e a segunda no período que corresponde as administrações populares, de 1990 a 2004. As tabelas foram veiculadas no boletim informativo "De olho no orçamento", edição nº29, de outubro de 2010, produzido e distribuído pela ONG Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos.

Situação das Demandas OP 2005 a 2010

	Concluídas		Atrasadas		Total
2010	5	3%	186	97%	191
2009	50	26%	144	74%	194
2008	68	35%	126	65%	194
2007	119	55%	96	45%	215
2006	135	63%	79	37%	214
2005	155	51%	147	49%	302
Total	532	41%	778	59%	1310

http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp1.asp (setembro de 2010)

Situação das Demandas OP 1990 a 2004

1990 a 2004		
Concluídas	4898	91%
Associadas	69	1%
Atrasadas	401	7%
Total	5368	

http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp1.asp (setembro de 2010)

DISTRIBUICAO DE RECURSOS PARA UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 1989 A 2004 - PMPA - Em R\$ milhão

	SECRETARIA												
AUTARQUIA	1989	%	1990	%	1991	1992	1993	%	1994	1995	1996	%	1997
Total	720,2		840,7		977,4	972,5	932,5		1.290,2	1.488,7	1.565,0		1.628,3
Atividades Meio	90,5		94,8		107,0	107,9	121,8		151,2	170,1	181,2		177,0
Atividades Fim	429,6		541,2		672,1	696,1	651,3		976,9	1.090,2	1.173,5		1.201,1
OUTROS *	200,1		204,7		198,4	168,6	159,4		162,0	228,4	210,3		250,2
TEMAS/TOTAL FIM	429,6		541,2		672,1	696,1	651,3		976,9	1.090,2	1.173,5		1.201,1
Desenv. Urbano.	250,2		344,6		417,8	414,9	351,7		572,0	564,7	602,6		570,6
DEP - Esgotos Pluviais	7,1		16,2		29,5	23,9	17,1		41,8	21,3	28,3		23,2
SMOV - Obras e Viação	26,0		43,7		47,2	75,2	59,2		142,6	85,9	95,1		67,4
SMT - Transporte	11,1		11,1		17,7	12,1	13,4		24,4	22,0	32,1		30,1
SMAM - Meio Ambiente	12,2		13,1		17,8	17,0	15,7		26,7	22,4	28,2		24,6
DMLU - Limpeza Urbana	53,4		74,1		96,8	94,7	85,8		104,7	118,5	125,0		125,7
DMAE - Água e Esgoto	140,4		186,5		208,8	192,0	160,6		231,8	294,6	293,8		299,7
Desenv. Econômico	5,1		5,0		5,6	8,5	5,7		15,9	19,7	22,5		12,3
SMIC - Ind. E Comércio	5,1		5,0		5,6	8,5	5,7		15,9	19,7	22,5		12,3
Políticas Sociais	169,4		185,1		238,5	264,5	283,6		362,1	475,3	511,8		585,0
SMED - Educação	65,4		71,2		102,3	112,5	129,3		152,5	207,8	227,0		236,5
SMS - Saúde	69,9		78,8		93,6	102,7	107,4		137,7	181,2	199,5		170,7
SUS-PMPA - Saúde	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		61,7
FASC - Assist. Social	10,6		11,0		12,4	15,2	16,2		25,2	32,6	35,8		36,5
DEM HAB - Habitação	23,4		24,1		30,3	34,2	30,7		46,7	53,6	49,6		79,7
Cultura, Esp. e Lazer	4,9		6,5		10,1	8,2	10,3		26,9	30,6	36,6		33,3
SME - esporte e lazer	0,0		0,0		0,0	0,0	0,0		5,5	6,6	7,5		6,7
SMC - cultura	4,9		6,5		10,1	8,2	10,3		21,5	24,0	29,1		26,6

1998	1999	2000	2001	%	2002	2003	2004	%	TOTAL	%
									De 1989 a 2004	
1.789,2	1.716,4	1.726,7	1.783,6		1.919,3	1.889,1	1.881,5		23.121	100,0
181,2	184,1	195,2	198,3		206,6	208,4	198,6		2.574	11,1
1.379,5	1.310,4	1.324,1	1.345,9		1.415,7	1.353,1	1.360,8		16.921	73,2
228,5	221,9	207,4	239,4		297,0	327,6	322,1		3.626	15,7
1.379,5 1.310,4 1.324,1 1.345,9 1.415,7 1.353,1 1.360,8 16.921										
662,6	588,4	567,3	565,0		588,1	521,6	541,0		8.123	35,1
41,9	32,0	21,6	26,7		25,3	15,8	13,1		384,87	
88,4	86,6	93,6	112,8		126,6	83,0	109,7		1.342,86	
30,1	21,4	23,3	14,2		8,1	6,4	5,7		283,16	
26,6	25,8	27,8	28,9		28,1	26,6	22,8		364,22	
135,8	129,7	130,7	126,5		126,0	121,9	117,9		1.767,25	
339,8	292,8	270,3	255,8		274,0	267,9	271,9		3.980,71	
16,0 13,1 19,1 17,8 19,1 18,2 17,0 220 1,0										
16,0	13,1	19,1	17,8		19,1	18,2	17,0		220,47	
665,9	676,6	703,0	730,6		775,4	782,9	775,2		8.185	35,4
279,4	288,6	292,8	298,6		316,4	331,4	317,0		3.428,76	
185,6	184,5	201,8	218,3		229,5	243,0	237,1		2.641,24	
80,5	80,3	84,6	101,6		119,7	93,6	93,6		715,54	
46,1	47,4	48,7	51,5		54,8	55,0	57,6		556,59	
74,3	75,7	75,2	60,5		55,0	60,0	69,9		842,70	
34,9 32,4 34,6 32,6 33,1 30,4 27,6 393 1,7										
7,2	7,1	7,6	8,4		9,5	8,9	7,8		82,77	
27,7	25,3	27,1	24,2		23,7	21,4	19,8		310,25	

Fonte: Balanços

Notas:

1. Valores indexados até 01/01/2005 (IGP-M).
2. Secretarias Meio: Câmara Municipal, GP, PGM, SECAR, GAPLAN, SGM, SMA, SMF, SPM, SMDHSU e PREVIMPA.
3. Outros refere-se as despesas dos Encargos Gerais do Município (EGM).
4. As transferências estão excluídas.
5. SUS - Sistema Único de Saúde
5. Na Secret. Municipal de Saúde (SMS) o valor total do Fundo Municipal de Saúde (FMS) está excluído as transferências do SUS do Governo Federal aos prestadores de serviços privados, restando apenas o sus-pmpa.
6. PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Publicação do Gabinete do Deputado Raul Pont – PT
 Assembleia Legislativa – Porto Alegre – RS
 Fone: (51) 3210-1300 - Fax: (51) 3210-2109
www.raulpont.com.br | raul.pont@al.rs.gov.br
[www.twitter.com/raulpontpt](https://twitter.com/raulpontpt)